

Sul América Companhia de Seguro Saúde  
CNPJ 01.685.053/0001-56



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde (“Companhia”), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2017, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418 emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Com o intuito de uniformizar o método de divulgações da demonstração do fluxo de caixa, que é requerido o método direto nas informações trimestrais encaminhadas a ANS, a Companhia passou a adotar a demonstração de fluxo de caixa, para fins de divulgação das suas demonstrações financeira anuais, também pelo método direto. **1. Conjuntura econômica:** Em 2017, a economia brasileira conseguiu superar uma das mais profundas recessões da história econômica do país. A gestão da política econômica, focada na responsabilidade macroeconômica, destravando a agenda de reformas estruturais, propiciou um choque positivo de confiança nos agentes econômicos, fundamental para a retomada do crescimento econômico. Estima-se um crescimento do PIB de cerca de 1,0% em 2017, em um ambiente de inflação controlada, juros em baixos patamares e contas externas em níveis saudáveis. O consumo liderou a saída da recessão pois contou com fatores pontuais, como a liberação de recursos das contas inativas do FGTS, responsável pela injeção de aproximadamente R\$43 bilhões na economia, alavancando o consumo e permitindo a quitação de dívidas pelas famílias. As vendas do comércio varejista ganharam força, abrindo espaço para a retomada da produção industrial, impactando positivamente o mercado de trabalho. As empresas voltaram a contratar, promovendo lenta, mas continuada redução do desemprego. A taxa de desemprego, que se encontrava em 13,7% em março, recuou para 12,0% no final de 2017. Ademais, a recuperação da renda do trabalho, em meio a juros em queda, favoreceu a redução do endividamento familiar, permitindo a volta das famílias ao mercado de crédito, fortalecendo o consumo e impulsionando a atividade econômica. Ao longo de 2017, observou-se intenso processo de desinflação na economia, dando mais consistência à recuperação. A inflação brasileira, medida pelo IPCA/IBGE, que se situava em 6,29% no final de 2016, fechou 2017 em 2,95%, se constituindo na menor taxa de inflação anual desde 1998. Um ambiente inflacionário favorável, com inflação correndo abaixo da meta (4,5%) permitiu que o Banco Central promovesse acentuada queda da taxa Selic de 13,75% no início do ano para 7,0% em dezembro. Os investimentos voltaram a reagir e devem mostrar crescimento pouco acima de 2% em 2017, após três anos de quedas. A reação foi impulsionada pela maior absorção de máquinas e equipamentos na esteira do bom desempenho do setor agropecuário e pela retomada de projetos de infraestrutura paralisados. Pelo lado fiscal, o quadro ainda preocupa pois os déficits prosseguem e a dívida pública permanece em alta. Prevalece a necessidade de continuidade das grandes reformas, fundamental para o reequilíbrio das contas públicas. As perspectivas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado em meio à inflação controlada e taxas de juros baixas. O consumo continuará sendo importante determinante do crescimento, que deverá contar também com a participação crescente dos investimentos, principalmente aqueles relacionados à construção civil e infraestrutura. Os riscos a esse cenário advêm do resultado das eleições de 2018 e suas consequências para a necessidade de ajuste das contas públicas.

2. Principais informações financeiras:

Resultado (R\$ milhões)	2017	2016	Δ
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde	13.581,7	12.091,4	12,3%
Sinistros retidos	(10.957,9)	(9.805,6)	-11,8%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	2.623,9	2.285,8	14,8%
Resultado bruto	2.254,5	1.970,0	14,4%
Resultado financeiro líquido	444,1	547,4	-18,9%
Resultado patrimonial	184,1	142,8	29,0%
Resultado antes dos impostos e participações	1.251,1	1.209,5	3,4%
Resultado Líquido	850,9	821,3	3,6%

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)				
	Notas	2017	2016	
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>		<b>4.693.817</b>	<b>4.228.503</b>	
Disponível	–	32.140	18.069	
Realizável	–	4.661.677	4.210.434	
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>5</b>	<b>4.029.396</b>	<b>3.685.906</b>	
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	–	2.526.845	2.298.431	
Aplicações livres	–	1.502.551	1.387.475	
<b>Créditos de operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>–</b>	<b>265.112</b>	<b>233.760</b>	
Prêmio a receber	6.1	251.705	223.655	
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde	–	13.407	10.105	
<b>Despesas diferidas</b>	<b>7</b>	<b>197.110</b>	<b>147.748</b>	
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>8</b>	<b>36.152</b>	<b>53.480</b>	
<b>Bens e títulos a receber</b>	<b>9</b>	<b>131.275</b>	<b>86.261</b>	
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>–</b>	<b>2.632</b>	<b>3.279</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>–</b>	<b>4.494.280</b>	<b>3.660.873</b>	
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>–</b>	<b>2.298.437</b>	<b>1.963.297</b>	
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>5</b>	<b>–</b>	<b>1.950</b>	
Aplicações livres	–	–	1.950	
<b>Créditos tributários e previdenciários</b>	<b>8</b>	<b>106.849</b>	<b>92.351</b>	
<b>Despesas de comercialização diferidas</b>	<b>7</b>	<b>472.360</b>	<b>385.544</b>	
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>8</b>	<b>299.341</b>	<b>249.068</b>	
<b>Depósitos judiciais e fiscais</b>	<b>15.1</b>	<b>1.418.087</b>	<b>1.232.707</b>	
<b>Outros créditos a receber a longo prazo</b>	<b>–</b>	<b>1.800</b>	<b>1.677</b>	
<b>Investimentos</b>	<b>–</b>	<b>2.059.445</b>	<b>1.567.794</b>	
<b>Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial</b>	<b>–</b>	<b>2.059.445</b>	<b>1.567.794</b>	
Participações societárias - Operadoras de planos de assistência à saúde	10	409.907	291.656	
Participações societárias - Outros investimentos	10	1.649.538	1.276.138	
<b>Imobilizado</b>	<b>–</b>	<b>36.952</b>	<b>41.348</b>	
<b>Imobilizado de uso próprio</b>	<b>–</b>	<b>20.270</b>	<b>22.560</b>	
Bens móveis - Não hospitalares/odontológicos	–	20.270	22.560	
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>–</b>	<b>2</b>	<b>–</b>	
<b>Outras imobilizações</b>	<b>–</b>	<b>16.680</b>	<b>18.788</b>	
<b>Intangível</b>	<b>11</b>	<b>99.446</b>	<b>88.434</b>	
<b>Total do ativo</b>	<b>–</b>	<b>9.188.097</b>	<b>7.889.376</b>	
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>		<b>3.049.357</b>	<b>2.682.071</b>	
<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>12</b>	<b>2.615.919</b>	<b>2.280.429</b>	
<b>Provisões de prêmios</b>	<b>–</b>	<b>347.231</b>	<b>300.623</b>	
Provisão de prêmios não ganhos	–	323.189	276.240	
Provisão para remissão	–	24.042	24.383	
<b>Provisão de sinistros a liquidar para SUS</b>	<b>–</b>	<b>27.037</b>	<b>20.839</b>	
<b>Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais</b>	<b>–</b>	<b>1.521.936</b>	<b>1.383.152</b>	
<b>Provisão de sinistros ocorridos e não avisados</b>	<b>–</b>	<b>719.715</b>	<b>575.815</b>	
<b>Débitos de operações de assistência à saúde</b>	<b>–</b>	<b>68.841</b>	<b>70.328</b>	
Prêmios a Restituir	–	219	47	
Comercialização sobre operações	–	22.515	16.386	
Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde	–	46.107	53.895	
<b>Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora</b>	<b>–</b>	<b>13.628</b>	<b>22.121</b>	
<b>Provisões</b>	<b>–</b>	<b>52.606</b>	<b>61.523</b>	
Provisões para IR e CSLL	–	7	2	
Provisões para ações judiciais	15.2	52.599	61.521	
<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>	<b>–</b>	<b>90.465</b>	<b>69.072</b>	
<b>Empréstimos e financiamentos a pagar</b>	<b>17</b>	<b>1.161</b>	<b>999</b>	
<b>Débitos diversos</b>	<b>18</b>	<b>206.737</b>	<b>177.599</b>	
<b>Não circulante</b>	<b>–</b>	<b>1.298.877</b>	<b>1.048.356</b>	
<b>Provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>12</b>	<b>54.706</b>	<b>36.850</b>	
Provisão para remissão	–	28.367	21.880	
Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais	–	26.339	14.970	
<b>Provisões</b>	<b>–</b>	<b>237.094</b>	<b>175.658</b>	
Provisões para ações judiciais	15.2	237.094	175.658	
<b>Tributos e encargos sociais a recolher</b>	<b>–</b>	<b>1.005.102</b>	<b>832.712</b>	
Tributos e encargos sociais a recolher	–	1.005.102	832.712	
Tributos e contribuições	15.2	993.139	832.712	
Parcelamento de tributos e contribuições	16	11.963	–	
<b>Empréstimos e financiamentos a pagar</b>	<b>17</b>	<b>1.930</b>	<b>3.091</b>	
<b>Débitos diversos</b>	<b>18</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>19</b>	<b>4.839.863</b>	<b>4.158.949</b>	
<b>Capital social</b>	<b>–</b>	<b>2.785.708</b>	<b>2.277.208</b>	
<b>Reservas</b>	<b>–</b>	<b>2.407.109</b>	<b>2.266.230</b>	
Reservas de capital	–	(39.913)	(39.913)	
Reservas de lucros	–	2.447.022	2.306.143	
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>–</b>	<b>8.099</b>	<b>(23.436)</b>	
<b>Ações em tesouraria</b>	<b>–</b>	<b>(361.053)</b>	<b>(361.053)</b>	
<b>Total do passivo</b>	<b>–</b>	<b>9.188.097</b>	<b>7.889.376</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**3. Comentário sobre o desempenho:** Os prêmios ganhos pela Companhia atingiram R\$13.581,7 milhões em 2017, um aumento de 12,3% em relação ao ano anterior. Os sinistros retidos totalizaram R\$10.957,9 milhões, representando 80,7% dos prêmios ganhos. O resultado patrimonial totalizou R\$184,1 milhões em 2017 em comparação a R\$142,8 milhões no ano anterior. O resultado financeiro totalizou R\$444,1 milhões em 2017, uma redução de 18,9% em relação a 2016. O resultado líquido atingiu R\$850,9 milhões, um crescimento de 3,6% sobre o exercício anterior.

**4. Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto:** Em 30/11/2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada direta Sul América Saúde Companhia de Seguros pela Companhia, visando otimizar a estrutura de seguro saúde.

5. Distribuição do resultado:

Descrição	2017	2016
<b>Lucro antes dos impostos e participações</b>	<b>1.251,1</b>	<b>1.209,5</b>
( - ) Impostos e contribuições	(361,3)	(355,7)
( - ) Participações	(39,0)	(32,5)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>850,9</b>	<b>821,3</b>
( - ) Constituição da reserva legal (5%)	(42,5)	(41,1)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>808,3</b>	<b>780,2</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
<b>25% do lucro líquido ajustado</b>	<b>202,1</b>	<b>195,1</b>
<b>( - ) Dividendos antecipados a serem imputados nos dividendos obrigatórios</b>	<b>30,0</b>	<b>40,0</b>
<b>( - ) Juros sobre capital próprio líquido a serem imputados nos dividendos obrigatórios</b>	<b>172,1</b>	<b>155,1</b>
<b>( - ) Juros sobre capital próprio a não serem imputados nos dividendos obrigatórios</b>	<b>65,9</b>	<b>64,2</b>
Bruto	280,0	258,0
Imposto de renda	(42,0)	(38,7)
<b>Saldo dos dividendos obrigatórios</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Destinação:</b>		
<b>Constituição de reserva estatutária</b>	<b>498,3</b>	<b>482,2</b>

6. Investimentos:

Em 31/12/2017, a Companhia mantinha investimentos diretos nas seguintes sociedades: Sul América Santa Cruz Participações S.A. no montante de R\$1.300,2 milhões, Sul América Serviços de Saúde S.A. no montante de R\$327,9 milhões, Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. no montante de R\$295,9 milhões, Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. no montante de R\$51,6 milhões, Sul América Odontológico S.A. no montante de R\$82,0 milhões e Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. no montante de R\$1,9 milhão.

**7. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento”:** A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

**8. Acordo de acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

A ADMINISTRAÇÃO.

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Notas	2017	2016	
<b>Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde</b>	<b>–</b>	<b>13.581.732</b>	<b>12.091.386</b>	
Receitas com operações de assistência à saúde	–	13.710.012	12.206.321	
Prêmios retidos	20.1	13.716.158	12.213.723	
<b>Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde</b>	<b>–</b>	<b>(6.146)</b>	<b>(7.402)</b>	
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	–	(128.280)	(114.935)	
<b>Sinistros retidos</b>	<b>–</b>	<b>(10.957.879)</b>	<b>(9.805.574)</b>	
Sinistros conhecidos ou avisados	20.2	(10.813.979)	(9.868.380)	
<b>Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados</b>	<b>–</b>	<b>(143.900)</b>	<b>62.806</b>	
<b>Resultado das operações com planos de assistência à saúde</b>	<b>–</b>	<b>2.623.853</b>	<b>2.285.812</b>	
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	–	16.533	33.905	
Outras receitas operacionais	–	16.533	33.905	
<b>Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde</b>	<b>20.5</b>	<b>(358.365)</b>	<b>(336.080)</b>	
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	–	(264.087)	(252.352)	
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	–	(782)	(863)	
Provisão para perdas sobre créditos	–	(93.496)	(82.865)	
<b>Outras despesas oper. de assist. à saúde não relat. com planos de saúde da operadora</b>	<b>20.5</b>	<b>(275.17)</b>	<b>(13.638)</b>	
<b>Resultado bruto</b>	<b>–</b>	<b>2.254.504</b>	<b>1.969.999</b>	
<b>Despesas de comercialização</b>	<b>20.3</b>	<b>(870.624)</b>	<b>(780.320)</b>	
<b>Despesas administrativas</b>	<b>20.4</b>	<b>(760.693)</b>	<b>(669.387)</b>	
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>20.6</b>	<b>444.053</b>	<b>547.353</b>	
Receitas financeiras	–	605.118	684.514	
Despesas financeiras	–	(161.065)	(137.161)	
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>10</b>	<b>184.125</b>	<b>142.778</b>	
Receitas patrimoniais	–	218.208	142.918	
Despesas patrimoniais	–	(34.083)	(140)	
<b>Resultado com resseguro</b>	<b>–</b>	<b>(231)</b>	<b>(925)</b>	
Despesas com Resseguro	–	(231)	(925)	
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>	<b>–</b>	<b>1.251.134</b>	<b>1.209.498</b>	
Imposto de renda	20.7	(220.698)	(218.127)	
Contribuição social	20.7	(183.635)	(183.196)	
Impostos diferidos	20.7	43.077	45.607	
Participações sobre o resultado	–	(38.999)	(32.497)	
<b>Resultado Líquido</b>	<b>–</b>	<b>850.879</b>	<b>821.285</b>	
<b>Quantidade de ações em circulação</b>	<b>–</b>	<b>83.214.095</b>	<b>81.283.967</b>	
<b>Resultado líquido por lote de mil ações</b>	<b>–</b>	<b>10,23</b>	<b>10,10</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais, exceto quando mencionado)									
Descrição	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 01/01/2016</b>	<b>1.922.993</b>	<b>(39.913)</b>	<b>81.495</b>	<b>2.058.912</b>	<b>2.140.407</b>	<b>(93.273)</b>	<b>(361.053)</b>	<b>–</b>	<b>3.569.161</b>
Aumento de capital conforme AGE de 30/03/2016	177.415	–	–	(177.415)	(177.415)	–	–	–	–
Aumento de capital conforme AGE de 19/12/2016	176.800	–	–	–	–	–	–	–	176.800
Em 11/05/2016 e em 10/08/2016 em RCA, respectivamente, aprovou e rerratificou a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$180.134 à razão de R\$2,26 (em reais) por ação ON e R\$2,48 (em reais) por ação PN	–	–	–	(180.134)	(180.134)	–	–	–	(180.134)
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	69.837	–	–	69.837
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>821.285</b>	<b>821.285</b>
<b>Proposta da destinação do resultado:</b>									
Reserva legal	–	–	41.064	–	41.064	–	–	(41.064)	–
Reserva estatutária	–	–	–	482.221	482.221	–	–	(482.221)	–
Juros sobre o Capital Próprio - R\$0,63 (em reais) por ação ON e R\$0,69 (em reais) por ação PN conforme RCA aprovados em 31/03/2016	–	–	–	–	–	–	–	(50.000)	(50.000)
Juros sobre o Capital Próprio - R\$2,61 (em reais) por ação ON e R\$2,87 (em reais) por ação PN conforme RCA aprovados em 19/12/2016	–	–	–	–	–	–	–	(208.000)	(208.000)
Dividendos intercalares - R\$0,50 (em reais) por ação ON e R\$0,55 (em reais) por ação PN conforme RCA de 15/03/2016	–	–	–	–	–	–	–	(40.000)	(40.000)
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>2.277.208</b>	<b>(39.913)</b>	<b>122.559</b>	<b>2.183.584</b>	<b>2.306.143</b>	<b>(23.436)</b>	<b>(361.053)</b>	<b>–</b>	<b>4.158.949</b>
<b>Saldos em 01/01/2017</b>	<b>2.277.208</b>	<b>(39.913)</b>	<b>122.559</b>	<b>2.183.584</b>	<b>2.306.143</b>	<b>(23.436)</b>	<b>(361.053)</b>	<b>–</b>	<b>4.158.949</b>
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 29/03/2017	400.000	–	(122.558)	(277.442)	(400.000)	–	–	–	–
Aumento de Capital conforme AGE de 28/06/2017	40.000	–	–	–	–	–	–	–	40.000
Aumento de capital com juros sobre o capital próprio, conforme ata do dia 22/12/2017	68.500	–	–	–	–	–	–	–	68.500
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	31.535	–	–	31.535
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>850.879</b>	<b>850.879</b>
<b>Proposta da destinação do resultado:</b>									
Reserva legal	–	–	42.544	–	42.544	–	–	(42.544)	–
Reserva estatutária	–	–	–	498.335	498.335	–	–	(498.335)	–
Juros sobre o Capital Próprio - R\$3,33 (em reais) por ação ON e R\$3,11 (em reais) por ação PN conforme RCA aprovados em 18/12/2017	–	–	–	–	–	–	–	(280.000)	(280.000)
Dividendos intermediários - R\$0,36 (em reais) por ação ON e R\$0,39 (em reais) por ação PN conforme RCA de 08/05/2017	–	–	–	–	–	–	–	(30.000)	(30.000)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>2.785.708</b>	<b>(39.913)</b>	<b>42.545</b>	<b>2.404.477</b>	<b>2.447.022</b>	<b>8.099</b>	<b>(361.053)</b>	<b>–</b>	<b>4.839.863</b>



Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais)			
	Notas	2017	2016
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>850.879</b>	<b>821.285</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido	21	479	(602)
Efeitos fiscais	21	(192)	241
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:</b>			
Ganhos / (perdas) não realizadas com ativos financeiros disponíveis para venda	21	5.309	494
Efeitos fiscais	21	(2.094)	(272)
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	10	28.033	69.976
<b>Componentes do resultado abrangente</b>		<b>31.535</b>	<b>69.837</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>882.414</b>	<b>891.122</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais, exceto onde mencionado)</b>			

**1. Contexto operacional:** A **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE** denominada (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoiti Lucas, 121, no bairro Cidade Nova, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar como operadora classificada como seguradora especializada em saúde, e tem como principal acionista a Sul América Companhia Nacional de Seguros, denominada (SALIC) com 64,15% de ações ordinárias e 69,98% de ações preferenciais, com participação total de 65,59%, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A (SASA), que detém 100% do capital total da Companhia, sendo 34,41% de participação direta e 65,59% de participação indireta através de suas subsidiárias. A SASA é uma Companhia de capital aberto, controlada pela Sulasapar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,66% de participação total, e publicou em 28 de fevereiro de 2018 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). **1.1. Incorporação da Sul América Saúde Companhia de Seguros:** Em 30/11/2017 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada direta Sul América Saúde Companhia de Seguros pela Companhia, visando otimizar a estrutura de seguro saúde. Apresentamos, a seguir, o acervo patrimonial incorporado, ao valor contábil na data-base de 31/10/2017:

	R\$ Mil
<b>Ativo</b>	
<b>Circulante</b>	<b>44.834</b>
Disponível	5.178
Realizável	39.656
Aplicações financeiras	39.051
Outros	605
<b>Não circulante</b>	<b>78.478</b>
Realizável a longo prazo	78.478
Créditos tributários e previdenciários	688
Ativo fiscal diferido	13.496
Depósitos judiciais e fiscais	64.294
<b>Total do ativo</b>	<b>123.312</b>
<b>Passivo</b>	<b>R\$ Mil</b>
<b>Circulante</b>	<b>298</b>
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	77
Provisões	126
Tributos e encargos sociais a recolher	4
Outros débitos	91
<b>Não circulante</b>	<b>79.156</b>
Provisões	14.295
Tributos e encargos sociais a recolher	64.861
<b>Total do passivo</b>	<b>79.454</b>

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas normas emitidas pela ANS e nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 418 emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, essas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. Com o intuito de uniformizar o método de divulgações da demonstração do fluxo de caixa, que é requerido o método direto nas informações trimestrais encaminhadas a ANS, a Companhia passou a adotar a demonstração de fluxo de caixa, para fins de divulgação das suas demonstrações financeiras anuais, também pelo método direto. O Conselho de Administração manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/02/2018. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros disponíveis para venda (nota 5). **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • Prêmios de seguros reconhecidos pelo período de vigência do risco das apólices/faturas; • Despesas de angariação diferidos (bônus de produção, despesa de pessoal e custo de kits) e registrados na rubrica "Despesas diferidas" no ativo circulante e "Despesas de comercialização diferidas" no ativo não circulante e amortizados pelo prazo máximo de 120 meses de permanência dos segurados na carteira, considerando a vigência das apólices, o prazo de cobertura e a expectativa de cancelamento ou renovação das apólices; e • Sinistros compreendendo as indenizações e despesas estimadas a incorrer com a regulação dos sinistros, tanto aquelas diretamente alocáveis individualmente (Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE), quanto outras despesas relacionadas, mas não diretamente alocáveis (Unallocated Loss Adjustment Expenses - ULAE). **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** **3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. **3.2.2. Disponível para venda:** Os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento" ou "empréstimos e recebíveis", são classificados como "disponíveis para venda" e contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. As valorizações e desvalorizações não realizadas financeiramente são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.2.3. Mantidos até o vencimento:** Títulos e valores mobiliários que a Companhia possui a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são contabilizados pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado. **3.2.4. Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo circulante na rubrica "Bens e títulos a receber" e não circulante na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Investimentos:** Reconhecidos inicialmente pelo valor justo, ajustados pela redução ao valor recuperável, quando aplicável, combinado com os seguintes aspectos: • As participações acionárias em controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O ágio decorrente de aquisição com fundamento econômico de expectativa de rentabilidade futura é classificado no investimento; e • O ágio e deságio na aquisição de ações de controlada, tratado como transação de capital, está registrado no patrimônio líquido. **3.5. Intangíveis:** **3.5.1. Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefi-

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais)			
	2017	2016	(Reapresentado)
<b>Atividades operacionais</b>			
Recebimento de planos de saúde	13.605.483	12.197.156	
Resgate de aplicações financeiras	7.300.826	6.628.443	
Recebimento de juros de aplicações financeiras	386.978	260.540	
Outros recebimentos operacionais	43.214	348.387	
Pagamento a fornecedores / prestadores de serviço de saúde	(10.732.642)	(9.741.905)	
Pagamento de comissões	(964.649)	(864.234)	
Pagamento de pessoal	(372.067)	(362.270)	
Pagamentos de serviços de terceiros	(163.633)	(231.722)	
Pagamento de tributos	(577.901)	(614.431)	
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(82.998)	(131.687)	
Pagamento de aluguel	(49.438)	(46.477)	
Pagamento de promoção/publicidade	(55.381)	(50.087)	
Aplicações financeiras	(7.592.291)	(6.918.134)	
Outros pagamentos operacionais	(215.442)	(148.620)	
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>530.059</b>	<b>324.959</b>	
<b>Atividades de investimento</b>			
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros	826	276	
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	95.738	242.880	
Outros recebimentos das atividades de investimento	-	130.000	
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(5.847)	(3.054)	
Pagamento relativos ao ativo intangível	(25.627)	(19.571)	
Pagamentos de Aquisição de Participação em Outras Empresas (-)	(419.978)	(401.775)	
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(354.888)</b>	<b>(51.244)</b>	
<b>Atividades de financiamento</b>			
Outros recebimentos da atividade de financiamento	-	36	
Integralização de capital em dinheiro	40.000	-	
Pagamento de Juros e Encargos sobre Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(601)	(331)	
Pagamento de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(999)	(3.479)	
Pagamento de participação nos resultados/dividendos	(199.500)	(262.634)	
Outros recebimentos/pagamentos da atividade de financiamento	-	(988)	
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento</b>	<b>(161.100)</b>	<b>(267.396)</b>	
<b>Variação líquida do caixa</b>	<b>14.071</b>	<b>6.319</b>	
<b>Caixa - Saldo inicial</b>	<b>18.069</b>	<b>11.750</b>	
<b>Caixa - Saldo final</b>	<b>32.140</b>	<b>18.069</b>	
<b>Ativos livres no início do exercício</b>	<b>1.664.886</b>	<b>1.239.758</b>	
<b>Ativos livres no final do exercício</b>	<b>1.714.100</b>	<b>1.664.886</b>	
<b>Aumento nas aplicações financeiras - Recursos livres</b>	<b>49.214</b>	<b>425.128</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

cios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. **3.6. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresentem efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de redução ao valor recuperável. No caso de ágio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. **3.7. Empréstimos e financiamentos a pagar:** Leasing financeiro, reconhecido pelos valores de contratação dos bens arrendados, descontados ao valor presente pela taxa de juros implícita no contrato. **3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 02 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.9. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **3.9.1. Provisão de Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.9.2. Provisão de Sinistro a Liquidar (PSL):** **Processos administrativos:** PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: • O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada da ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros; e • As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE). **Processos judiciais:** Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico Interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despendidos com processos encerrados nos últimos meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 110% da estimativa de perda para os casos com probabilidade de perda provável. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,65% ao ano (10,43% em 2016), baseado no histórico de pagamentos de juros observado. As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano, conforme legislação vigente. **3.9.3. Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (Incurred But Not Reported), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada com base no IBNP (Incurred But Not Paid), subtraído da PSL. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 36 meses, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocados a cada sinistro individualmente (ULAE) são registradas contabilmente na IBNR. **3.9.4. Provisão para remissão:** A Provisão para remissão é constituída para garantia existente em alguns contratos dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato (máximo de 5 anos) em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada considerando a expectativa de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros. **3.10. Provisões para ações judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis e trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico Interno e pela Administração da Companhia. **3.10.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia e cuja causa de pedir é decorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e do grau de risco (provável, possível ou remoto), os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desembolso financeiro. Caso o processo judicial civil seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa feita, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é pos-

sível basear as provisões nos valores já dispendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 110% da estimativa, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela TR, no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,65% ao ano (10,43% em 2016). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.10.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas a tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, objeto de contestação judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente pela SELIC, conforme legislação vigente, e são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. As provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado e são reconhecidas nas demonstrações financeiras, na rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC, conforme legislação vigente. **3.11. Incentivo em ações:** A Companhia concede incentivos em ações da SASA a seus administradores. Os planos são compostos por outorgas de opções bonificadas, onde o executivo adquire uma quantidade de ações em tesouraria da SASA, com direito a bonificação. Tanto as ações adquiridas quanto as bonificações de ações possuem carência, sendo 33% com carência de 3 anos, 33% com carência de 4 anos e o restante com carência de 5 anos. O valor justo do plano é mensurado pela Companhia com base na última cotação da ação da SASA antes da outorga. Os valores relacionados ao plano de incentivo em ações são contabilizados na rubrica "Despesas administrativas" com um correspondente lançamento na rubrica "Outras contas a pagar". Periodicamente, a Companhia reembolsa à SASA pelos incentivos em ações dados a seus executivos (vide nota 13.2). **3.12. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição for aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao aprovar as demonstrações financeiras anuais, apresenta a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.13. Benefícios pós-emprego:** Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), Seguro Saúde e Seguro de Vida. Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais. **3.14. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e disponíveis para venda (nota 5); • Despesas de comercialização diferidas (nota 7); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 8); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 12); e • Provisões para ações judiciais (nota 15). **3.15. Normas e interpretações novas e revisadas:** **3.15.1. Normas Internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):** **Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras:** A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas aplicáveis às operações da Companhia que passaram a ser aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2017. A aplicação dessas normas não teve impacto material nos montantes divulgados ou nas respectivas divulgações no período atual nem em períodos anteriores. • Modificação aos IAS 7 / CPC 3 (R2) – Inclusão da necessidade de divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa; • Modificações aos IAS 12 / CPC 32 – Alteração no reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS) – Modificação aos IFRS 12 / CPC 45 – Necessidade das divulgações requeridas pelos IFRS 12 / CPC 45 para investimentos em outras entidades, no caso de investimentos em entidades mantidas para venda ou distribuição conforme definições dos IFRS 5 / CPC 31. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2017 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia:** Uma série de novas normas estará efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras, assim como não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Os seguintes normativos não foram aprovados pela ANS, portanto ainda não há previsão de data de adoção de tais normativos pelas empresas reguladas por tal autarquia. Adicionalmente, a Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos dos IFRS abaixo citados e está aguardando o posicionamento formal do órgão regulador. • IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos financeiros – Em vigor a partir de 01/01/2018, com isenção opcional para entidades que emitam contratos de seguros (IFRS 4 / CPC 11); • IFRS 16 / CPC 6 (R2) – Arrendamento mercantil – Em vigor a partir de 01/01/2019; e, • IFRS 17 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2021. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2014 – 2016 – Alterações à IFRS 1 e à IAS 28 – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRS 15 / CPC 47 – Receita de contratos de clientes – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações – Em vigor a partir de 01/01/2018; • Transferências de propriedade de investimento (alterações ao CPC 28 / IAS 40) – Em vigor a partir de 01/01/2019; • Alterações ao CPC 36 – Demonstrações consolidadas (IFRS 10) e ao CPC-18 Investimento em coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto; • ICP 21 / IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento – Em vigor a partir de 01/01/2018; • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; e, • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 – Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela ANS. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoR), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção de riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos



continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa além de ser o elo da Companhia com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos e, com uma visão holística, avalia a solvência da Companhia. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem de riscos em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos. **4.1. Concentração das operações:** Com presença em todo território nacional, a Companhia concentra seus negócios especificamente na região sudeste, devido a localização do polo econômico do país. Em 31/12/2017, a Companhia registrou um total de receitas de prêmios retidos de R\$13.716.158 (R\$12.213.723 em 2016), compreendidas nas seguintes proporções:

	Representatividade	
UF	2017	2016
SP	66,56%	68,65%
RJ	12,71%	11,07%
BA	5,51%	5,54%
PE	5,55%	5,52%
DF	1,98%	1,89%
Outros	7,69%	7,33%
Total	100,00%	100,00%

**4.2. Riscos de subscrição:** Os riscos de subscrição são oriundos de desvios nas premissas adotadas na precificação ou na constituição das provisões técnicas. Na Companhia, tais riscos podem se materializar de diferentes maneiras dependendo do ramo de atuação. Nos negócios de Saúde, particularmente, para o segmento individual no qual os reajustes de prêmios são autorizados pela ANS, os riscos oriundos de precificação podem vir de reajustes de prêmios autorizados pelo órgão regulador que sejam insuficientes, ou que não configurem a expectativa inicial de precificação do plano. Para os demais produtos de Saúde, a Companhia possui maior flexibilidade na gestão dos reajustes de seus contratos. Além dos riscos de precificação mencionados acima, existe o risco de inadequação nas provisões técnicas constituídas, que podem ser materializados em qualquer uma das linhas de negócios da Companhia. A Companhia possui testes de consistência periódicos para avaliação da assertividade das provisões constituídas e das metodologias empregadas nos cálculos. **4.2.1. Risco de precificação:** Atualmente, a Companhia possui modelos atuariais específicos de precificação, para cada um de seus produtos, permitindo acurácia na determinação dos preços para cada cliente frente aos compromissos contratuais estimados e despesas empregadas na comercialização e gestão dos contratos. Com o objetivo de promover um conjunto de análises de viabilidade e de suportar uma tomada de decisão sobre investimentos em produtos e parcerias com base em risco, a Companhia possui o Procedimento de Avaliação e Revisão de Produtos (PARP), também aplicado nos acompanhamentos periódicos dos produtos da Companhia. PARP é um

procedimento multidisciplinar onde áreas de suporte e negócios contribuem com os seus respectivos conhecimentos técnicos, através de pareceres para esta análise de viabilidade, suportando a decisão sobre uma iniciativa que pode ser lançamento ou alteração de produtos, novas parcerias e grandes cotações. Contribuem como pareceristas, deste processo, às áreas atuarial, de auditoria interna, comercial, de compliance, contábil, financeira, gestão de riscos corporativos, jurídica, operações, de planejamento estratégico, sustentabilidade, tecnologia da informação e visão do cliente. Adicionalmente, a Companhia conta com ações específicas para mitigação dos riscos de subscrição e melhoria contínua na seleção da carteira de seus segurados. Dentre estas ações pode-se destacar: processos de eficiência de custos; auditorias preventivas pré-pagamentos; otimização da rede de prestadores de serviço; programas de saúde ativa e inspeções detalhadas na subscrição de algumas apólices. Para os seguros com maiores riscos individuais e carteiras com menor capacidade de previsibilidade ou expostas a catástrofes, a Companhia utiliza-se de contratos de resseguro, mitigando o risco de grandes perdas não esperadas nos contratos e transferindo tais riscos para os resseguradores, assumindo, em contrapartida, o risco de crédito destes parceiros. A contratação de resseguro segue política específica estabelecida pelo CoR. Uma das formas de mensurar possíveis impactos nos resultados e patrimônio líquido, decorrentes dos riscos de subscrição é sensibilizar as variáveis que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos produtos, inadequação de preços ou ainda insuficiência nas provisões técnicas. **Análise de sensibilidade em saúde:** As análises de sensibilidade a seguir, buscam simular os possíveis impactos destas oscilações no resultado e no patrimônio.

Premissas	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(547.827)	(301.305)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(10.272)	(5.650)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(43.294)	(23.812)
Redução de 5% na sinistralidade	547.827	301.305
Redução de 5% nas despesas administrativas	10.272	5.650
Redução de 5% nos custos de aquisição	43.294	23.812

Premissas	Resultado antes dos impostos	Resultado após impostos
Aumento de 5% na sinistralidade	(490.233)	(269.628)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(7.549)	(4.152)
Aumento de 5% nos custos de aquisição	(38.801)	(21.341)
Redução de 5% na sinistralidade	490.233	269.628
Redução de 5% nas despesas administrativas	7.549	4.152
Redução de 5% nos custos de aquisição	38.801	21.341

Choques de 5% mencionados na tabela são determinados pelo valor total da premissa em referência multiplicada pelo fator de 1,05 (nos casos de aumento) ou 0,95 (nos casos de redução). A análise demonstrada acima reflete que os impactos das mudanças nos cenários razoável e possível nos fatores apresentados, não sofreram alterações significativas em relação ao ano anterior. **4.2.2. Risco de inadequação das provisões técnicas:** A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo Departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais. Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Companhia conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar:

	2017								
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Mais de 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda
<b>Instrumentos financeiros</b>									
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>1.215.206</b>	<b>482.309</b>	<b>134.330</b>	<b>2.140.569</b>	<b>52.767</b>	<b>347</b>	<b>4.025.528</b>	<b>4.028.615</b>	<b>3.087</b>
Valor justo por meio do resultado	1.215.206	—	—	—	—	347	1.215.553	1.215.206	(347)
Disponível para venda	—	482.309	134.330	2.140.569	52.767	—	2.809.975	2.813.409	3.434
<b>Prêmios a receber (a)</b>	<b>—</b>	<b>125.082</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>125.082</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Refinanciamento fiscal - REFIS</b>	<b>—</b>	<b>5.932</b>	<b>3.097</b>	<b>8.867</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>17.896</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Provisões técnicas</b>	<b>— 2.615.919</b>	<b>17.865</b>	<b>23.253</b>	<b>10.117</b>	<b>3.471</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.670.625</b>

(a) Considera o prêmio a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável. Para fins de comparabilidade, ajustamos a tabela de 2016. A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que a carteira é composta por ativos com liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.4. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos podem se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamento dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6.2). **4.4.1. Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2017 86,83% (90,58% em 2016) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado.

Descrição	2017	2016
Renda fixa pública “risco soberano”	3.298.494	2.885.440
AAA	199.560	452.238
AA+ até AA-	62.136	104.907
A+ até A-	33.560	—
Outros	434.865	242.310
Total	4.028.615	3.684.895

**4.5. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução

dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Dessa forma, a gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que violem o apetite a risco definidos pelo Conselho de Administração. O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através do mapeamento dos processos organizacionais. Os riscos são quantificados através de metodologia específica gerando planos de ação nos casos necessários. **4.6. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.6.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdéssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. **4.6.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, através de elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação externa e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentações aplicáveis ao negócio, por meio da conscientização de uma conduta de negócio que seja legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros que previna e detecte violações de leis e

• Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e • Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas. **4.3. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabeleça as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Liquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Financeira, sendo monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (value at risk) e realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress test são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. Os resultados obtidos para o período de VaR e stress test podem ser observados na nota 5.3. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2017 e 2016. **Alocação dos investimentos:**

Indexador	2017	2016
SELIC/CDI	3.724.744	3.533.499
IPCA	219.067	102.702
Ações	37.072	7.615
Outros (a)	47.732	41.079
Total	4.028.615	3.684.895

(a) A categoria “Outros”, apresentada em 31/12/2017 e 2016, é composta, basicamente, por fundos de investimento multimercado. **4.3.1. Exposição residual:** A exposição residual reflete o descasamento entre os ativos e passivos após estudos de ALM, com o objetivo de otimizar a alocação de ativos financeiros levando em consideração as características do passivo (como volume, indexador, vencimento, taxa de juros, entre outros), buscando um casamento entre fluxos, para mitigar o risco de mercado. A tabela a seguir apresenta a exposição de renda variável e inflação.

Exposição ao risco de renda variável e inflação	2017	2016
Dólares norte americanos	47.265	39.943
Renda variável	37.072	7.615
Indexados a inflação	31.530	(361.145)

O risco residual é representado pela exposição em inflação, que calculado através da metodologia VaR, em 31/12/2017, foi de R\$21 (R\$113 em 2016). Para o cálculo foram confrontados ativos e passivos financeiros indexados à inflação. **4.3.2. Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2017 e 2016.

	2017								
Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou perda	Valor contábil
<b>Instrumentos financeiros</b>									
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>1.072.015</b>	<b>403.160</b>	<b>529.785</b>	<b>1.409.200</b>	<b>272.664</b>	<b>345</b>	<b>3.687.169</b>	<b>3.684.895</b>	<b>(2.762)</b>
Valor justo por meio do resultado	1.072.015	—	—	—	—	345	1.072.360	1.072.015	(345)
Disponível para venda	—	403.160	529.785	1.409.200	272.664	—	2.614.809	2.612.880	(1929)
<b>Prêmios a receber (a)</b>	<b>—</b>	<b>107.004</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>107.004</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Refinanciamento fiscal - REFIS</b>	<b>—</b>	<b>4.370</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>4.370</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Provisões técnicas</b>	<b>— 2.280.429</b>	<b>12.985</b>	<b>15.325</b>	<b>5.942</b>	<b>2.598</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.317.279</b>

regulamentações através da identificação e gestão do risco de compliance e que facilite defender as posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A gestão de capital é realizada na Companhia através de um processo contínuo de cálculo e monitoramento do capital regulatório requerido, avaliação da necessidade de capital frente aos riscos assumidos pela Companhia e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia. Dessa forma, a Companhia apura mensalmente, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos em relação ao capital regulatório requerido. Durante os exercícios de 2017 e 2016, o valor apurado sempre foi suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Adicionalmente, a Companhia possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para os principais riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em riscos. Através destes modelos internos são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios e performance dos administradores.

Descrição	2017	2016
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>4.839.863</b>	<b>4.158.949</b>
<b>Adições</b>		
Obrigações legais	202.742	297.355
<b>Deduções</b>		
Participações diretas ou indiretas em empresas reguladas pela ANS, SUSEP e BACEN atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial	(1.051.993)	(895.688)
Créditos tributários	(4)	—
Despesas de comercialização diferida	(669.470)	(533.292)
Despesas antecipadas	(2.632)	(3.279)
Intangível	(99.485)	(88.505)
<b>Patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos</b>	<b>3.219.021</b>	<b>2.935.540</b>
<b>Solvência (a)</b>	<b>3.078.189</b>	<b>2.740.272</b>
<b>Suficiência</b>	<b>140.832</b>	<b>195.268</b>

(a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa nº 373/2015. **5. Aplicações:** 5.1. **Composição das aplicações:**

	2017					
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil		
<b>Títulos de renda fixa - privados</b>	<b>347</b>	<b>—</b>	<b>293.786</b>	<b>295.255</b>		<b>295.255</b>
Certificados de depósito bancário						
Pós-fixado CDI	—	—	3.884	3.887	104,00%CDI	3.887
Debêntures						
Pós-fixado CDI	—	—	109.524	109.703	105,7%CDI	109.703
Pós-fixado IPCA	—	—	9.811	9.953	IPCA +5%a.a.	9.953
Letras financeiras	—	—	165.557	166.702	112,23%CDI	166.702
Notas promissórias	—	—	5.010	5.010	106,00%CDI	5.010
Outros	347	331	—	—		331
Redução ao valor recuperável	—	(331)	—	—		(331)
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.516.189</b>	<b>2.518.154</b>		<b>2.518.154</b>
Letras financeiras do tesouro	—	—	2.308.834	2.309.040	SELIC	2.309.040
Notas do tesouro nacional						
Série B - Pós-fixado IPCA	—	—	207.355	209.114	+4,96%a.a.	209.114
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>1.215.206</b>	<b>1.215.206</b>	<b>—</b>	<b>—</b>		<b>1.215.206</b>
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	1.178.133	1.178.133	—	—		1.178.133
Cotas de fundos de investimentos não exclusivo em ações	37.073	37.073	—	—		37.073
<b>Subtotal</b>	<b>1.215.553</b>	<b>1.215.206</b>	<b>2.809.975</b>	<b>2.813.409</b>		<b>4.028.615</b>
<b>Percentual total - contábil</b>		<b>30,16%</b>		<b>69,84%</b>		<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>						<b>781</b>
<b>Total</b>						<b>4.029.396</b>
<b>Circulante</b>						<b>4.029.396</b>

	2016					
	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/ contábil		
<b>Títulos de renda fixa - privados</b>	<b>345</b>	<b>—</b>	<b>555.047</b>	<b>557.143</b>		<b>557.143</b>
Debêntures						
Pós-fixado CDI	—	—	65.632	65.640	105,49%CDI	65.640
Pós-fixado IPCA	—	—	9.547	9.049	IPCA +5%a.a.	9.049
Letras financeiras	—	—	477.217	479.803	110,99%CDI	479.803
Notas promissórias	—	—	2.651	2.651	108,00%CDI	2.651
Outros	345	331	—	—		331
Redução ao valor recuperável	—	(331)	—	—		(331)
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>2.059.762</b>	<b>2.055.737</b>		<b>2.055.737</b>
Letras financeiras do tesouro	—	—	1.964.175	1.962.084	SELIC	1.962.084
Notas do tesouro nacional						
Série B - Pós-fixado IPCA	—	—	95.587	93.653	+5,08%a.a.	93.653
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>1.072.015</b>	<b>1.072.015</b>	<b>—</b>	<b>—</b>		<b>1.072.015</b>
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	1.064.400	1.064.400	—	—		1.064.400
Cotas de fundos de investimentos não exclusivo em ações	7.615	7.615	—	—		7.615
<b>Subtotal</b>	<b>1.072.360</b>	<b>1.072.015</b>	<b>2.614.809</b>	<b>2.612.880</b>		<b>3.684.895</b>
<b>Percentual total - contábil</b>		<b>29,09%</b>		<b>70,91%</b>		<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>						<b>2.961</b>
<b>Total</b>						<b>3.687.856</b>
<b>Circulante</b>						<b>3.685.906</b>
<b>Não circulante</b>						<b>1.950</b>

continua















continuação

Sul América Companhia de Seguro Saúde | CNPJ 01.685.053/0001-56

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Companhia de Seguro Saúde. **Rio de Janeiro – RJ. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Companhia de Seguro Saúde (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Companhia de Seguro Saúde em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de

que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2018.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Roberto Paulo Kenedi  
Contador  
CRC 1RJ 081.401/O-5

CONTAS FEDERAIS

# Governo central registrou superávit primário de R\$ 31,069 bi em janeiro

Resultado obtido foi o melhor desempenho para o mês da série histórica, que teve início em 1997

Ajudado pelo crescimento das receitas, o governo central registrou um superávit primário de R\$ 31,069 bilhões em janeiro, o melhor desempenho para o mês da série histórica, que teve início em 1997.

O resultado, que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central, sucede o déficit de R\$ 21,029 bilhões de dezembro. Em janeiro de 2017, o resultado havia sido um superávit de R\$ 18,005 bilhões.

O resultado de janeiro ficou acima das expectativas do mercado financeiro, cuja mediana apontava um superávit de R\$ 24,500 bilhões. O dado do mês passado ficou acima até do intervalo das estimativas, que foram de superávit de R\$ 17,000 bilhões a R\$ 31,100 bilhões.

Em 12 meses, o governo central apresenta um déficit de R\$ 113,6 bilhões - equivalente a 1,69% do PIB. Para este ano, a meta fiscal admite um déficit de até R\$ 159 bilhões nas contas do governo central.

As contas do Tesouro Nacional - incluindo o Banco Central - registraram um superávit primário de R\$ 45,523 bilhões em janeiro. Em janeiro, o Banco Central teve um déficit de R\$ 173 milhões. Já o resultado do INSS registrou no mês passado um déficit de R\$ 14,454 bilhões, o pior resultado para o mês da série histórica, que tem início em 1997.

O resultado de janeiro representa alta real de 10,7% nas receitas em relação a igual mês do ano passado. Já as despesas também cresceram acima da inflação, com alta de 1,6%. O caixa do governo federal recebeu R\$ 3,6 milhões em dividendos pagos



Secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, atribui o superávit ao resultado positivo das receitas registrado no mês e também a fatores sazonais

pelas empresas estatais em janeiro, cifra 94,1% menor do que em igual mês do ano passado, já descontada a inflação.

Já as receitas com concessões totalizaram R\$ 423,6 milhões em janeiro, alta real de 17,0% ante o primeiro mês de 2017. Os investimentos do governo federal tiveram alta nominal de 24,2% em janeiro de 2018, para R\$ 1,489 bilhão no primeiro mês de 2018. O maior volume, no entanto, veio de restos a pagar - despesas de anos anteriores que foram transferidas para o exercício deste ano -, que foram R\$ 1,487 bilhão.

Os investimentos no Programa de Aceleração Econômica (PAC)

somaram R\$ 688 milhões em janeiro, queda real de 14,7% ante igual mês do ano passado. As despesas do governo atingiram 7,39% do teto de gastos no primeiro mês do ano. Neste ano, as despesas sujeitas ao teto de gastos aprovado pela Emenda Constitucional 95 têm um limite de crescimento de 3%.

Diferentemente dos meses anteriores, o Tesouro Nacional não divulgou a taxa de crescimento dessas despesas em janeiro.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, atribuiu o superávit ao resultado positivo das receitas registrado no mês e também a fatores sazonais. O ingresso

de recursos foi ajudado pelos pagamentos do Refis, pelo aumento do PIS/Cofins de combustíveis, que teve a alíquota elevada no ano passado, e pela melhora da atividade econômica.

Além disso, a secretária ressaltou o comportamento sazonal da arrecadação em janeiro, quando é feito o pagamento de tributos como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a participação especial de royalties. Ana Paula lembrou que parte dessas receitas será transferida para Estados e municípios em fevereiro. “É uma boa notícia para os entes sub-

nacionais”, afirmou.

A secretária também destacou que o resultado do Tesouro Nacional de R\$ 45,523 bilhões foi o melhor da série histórica para o mês de janeiro, enquanto o déficit alcançado pela Previdência foi de R\$ 14,454 bilhões, o pior da série, que tem início em 1997. Ela ressaltou o aumento das despesas obrigatórias, que crescerão R\$ 60 bilhões neste ano, em um momento em que as despesas discricionárias estão em um patamar bastante baixo. “Há uma trajetória de crescimento baseada em regras de reajuste automático”, acrescentou.

Ana Paula destacou ainda o crescimento dos benefícios previdenciários, que subiram R\$ 1,9 bilhão em janeiro. Por outro lado, as despesas com subsídios caíram R\$ 3,19 bilhões, com a redução de pagamentos do Programa de Sustentação do Investimento, do BNDES e de crédito rural.

Ana Paula disse que há uma tendência de redução de restos a pagar nos próximos anos. Ela ressaltou que foram pagos R\$ 40 bilhões em restos a pagar em janeiro, ante R\$ 38 bilhões em janeiro de 2017, restando R\$ 4,8 bilhões de restos a pagar processados para 2018.

Há ainda um estoque de R\$ 96 bilhões em restos a pagar não processados, que são despesas vinculadas a orçamentos anteriores, mas que ainda não foram executadas. “Há uma tendência natural de redução de restos a pagar ao longo dos próximos anos em função da redução das despesas e do novo regime fiscal. Em anos anteriores, abria-se um orçamento muito elevado para investimentos, que não era executado. Invertemos essa tendência”, afirmou.

TESOURO

# Ana Paula afirma ser possível que haja ‘fricções’ mês a mês na regra de ouro

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, disse ontem que é possível ocorrer “fricções” no acompanhamento da regra de ouro ao longo do ano. Em 12 meses até janeiro, a União registrou uma insuficiência de R\$ 24,2 bilhões no cumprimento da norma, que impede a emissão de dívidas para pagar despesas correntes. “A insuficiência é pontual e não nos leva a nenhuma consideração prévia”, disse Ana Paula.

A secretária ressaltou ainda que a avaliação do cumprimento da regra constitucional é feita em base anual. “As medidas para cumprir a regra de ouro no ano estão sendo endereçadas e serão suficientes”, assegurou. O governo

conta com uma devolução de R\$ 130 bilhões de recursos do BNDES para ajudar neste ano.

Segundo Ana Paula, a extinção do Fundo Soberano também terá um papel importante para a regra de ouro em 2018, uma vez que fornecerá mais fontes de financiamento para as despesas do governo. “Temos também uma revisão importante de restos a pagar (despesas de anos anteriores) não processados”, mencionou a secretária. O governo precisa cobrir um rombo de R\$ 208,6 bilhões na regra de ouro neste ano.

Para 2019, o governo ainda está numa encruzilhada, já que não pode alterar a Constituição para flexibilizar a regra de ouro

(devido à intervenção na segurança do Rio de Janeiro), e precisa mostrar já no envio do Orçamento de 2019 como vai cumprir a norma. “Temos esforço de avaliação jurídica. O Ministério do Planejamento está analisando medidas de caráter jurídico e permitir o envio do Orçamento de 2019”, disse.

A secretária disse ainda que tem feito o cancelamento dos restos a pagar (RAP) não processados “de acordo com as normas legais”. Em anos anteriores, parlamentares pressionaram o governo para adiar o cancelamento de emendas parlamentares inscritas em RAP, o que impede a redução dessa conta.

O Poder Executivo vai redu-

zir seus gastos em R\$ 2,1 bilhões neste ano para compensar as despesas além do teto de outros poderes em 2018, disse Ana Paula. Segundo ela, o valor corresponde a 0,16% das despesas sujeitas ao limite do Executivo, menos do que o permitido pela regra do teto (0,25%), o que aponta que já existe um ajuste nas contas.

A regra de compensação é válida por três anos e foi desenhada para acomodar crescimento de gastos em poderes como Legislativo e Judiciário já previstos e autorizados antes da aprovação do teto de gastos. Entre esses gastos estão os reajustes salariais de servidores.

Este é o segundo ano de com-

pensação do teto. A regra ainda poderá ser acionada por mais um ano, em 2019.

A secretária do Tesouro Nacional não quis fazer comentários sobre a investigação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as operações de crédito concedidas pela Caixa Econômica Federal a Estados e municípios sem garantia da União.

Ana Paula é presidente do Conselho de Administração da Caixa. O órgão colegiado foi o que mandou o banco suspender essas operações. A secretária, porém, disse que não comentaria porque, segundo ela, as transações de crédito não têm garantia do Tesouro Nacional.